



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 216/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1600/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado da Casa Militar – SECM.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Wilson Martins de Araújo, Secretário da SECM.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 5/2016 (fls. 115/131).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 822/2016 - MPC-JBS, do Dr. João Barros de Souza, Procurador de Contas (fls. 133/139).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado da Casa Militar. Exercício 2014.

Contas Regulares. Quitação. Recomendação à Origem. Determinações. Ciência. Arquivamento dos autos.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular a Prestação de Contas Anual da Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas, de responsabilidade do Sr. Wilson Martins de Araújo, Secretário de Estado e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2014, nos termos do art. 1º, II, 22, I da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, I, da Resolução TCE nº 04/2002;

9.2- Dar quitação ao Sr. **Wilson Martins de Araújo**, Ordenador de Despesas e Secretário Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas, nos termo do art. 23, da Lei Orgânica desta Corte de Contas c/c art. 189, inciso I da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

9.3- Recomendar ao órgão de origem, nos termos do art. 188, § 2º, I, da Resolução TCE nº 04/2002, que:

9.3.1- institua no âmbito de sua estrutura organizacional setor competente para a realização do controle interno da unidade.

9.3.2- adote as providências cabíveis no sentido de comprovar e proceder à efetivação do estorno dos valores ao Erário Público e, posterior, encerramento da conta em questão, sob pena de responsabilização, nos termos regimentais;

9.3.4- atente com melhor afinco aos ditames previstos na Lei de Licitações e Contratos;

9.4- Determinar à comissão de inspeção do exercício vindouro que verifique o cumprimento destas recomendações;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 216/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5- Dar ciência deste Acórdão ao Sr. Wilson Martins de Araújo, Ordenador de Despesas e Secretário Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas;

9.6- Arquivar os autos, nos termos regimentais.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

11- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral